

A Era pós-Suharto e pós-Habibie

Liem Soei Liong

O Presidente Wahid tem pela frente não um, mas vários desafios: revitalizar uma economia paralisada, reformar um sistema judicial corrupto e retirar aos militares o excessivo poder político que estes detêm na Indonésia. Impossível? Talvez não.

O novo governo de Wahid passou vitorioso o teste dos 100 dias, conforme o atestam comentários da imprensa nacional e internacional. No entanto, não só a instabilidade sentida em diversas regiões, tais como Aceh, Molucas e Papua Ocidental, não tem vindo a diminuir, como desde meados de Dezembro boatos sobre um golpe de estado têm corrido em Jakarta. Analistas estrangeiros sublinham que o Presidente Abdurrachman Wahid detém "a tarefa mais difícil do mundo" o que provavelmente está longe de ser um exagero.

O governo Wahid subiu ao poder em finais de Outubro 1999, e o seu gabinete reflecte a complexidade dos vários grupos étnicos e religiosos que existem na Indonésia. Depois de mais de trinta anos da ditadura Suharto e do breve período de transição de dois anos com Habibie, a Indonésia entrou finalmente numa nova era com a eleição de um parlamento e de um Presidente. A Wahid foi entregue a desalentadora tarefa de lidar com uma economia paralisada, um sistema judicial corrupto e um poderoso aparelho militar que constitui talvez a maior força política no país.

Wahid não foi o candidato mais óbvio para a presidência. Antes de ser eleito, era apoiante da candidatura de Megawati Sukarnoputri, líder do Partido Democrático Indonésio (PDI). Nas eleições, foi o PDI que recebeu a maior parte dos votos – um terço – tornando-se assim no maior partido.

Caso as eleições presidenciais na Indonésia fossem directas, Megawati emergiria como vencedora. No entanto, é o Congresso do Povo (MPR, constituído pelo Parlamento e por representantes regionais, num total de 700 pessoas) que elege o presidente. Assim, os partidos muçulmanos e largas secções do Golkar decidiram apoiar Wahid, dando-lhe a maioria dos votos. A título de consolação, a Megawati foi oferecido o cargo de vice-presidente.

Supremacia do poder civil sobre o militar

Os acontecimentos dos últimos dois anos na Indonésia e em Timor Leste contribuíram para criar no público em geral uma má imagem das Forças Armadas da Indonésia (TNI): nos últimos anos do reinado de Suharto, as Forças Armadas envolveram-se em raptos e desaparecimentos de activistas pró-democráticos; em Setembro de 1999 deu-se a destruição de Timor Leste, algo que persiste na mente do público indonésio. Os problemas que o país enfrenta, em particular aqueles relacionados com as regiões de Molucas, Aceh e Lombok, são captados pelo público como problemas deliberadamente criados pelas TNI.

A colisão entre as perspectivas civil e militar atingiu o auge com a questão do julgamento dos militares responsáveis pelo desastre de Setembro 1999 em Timor Leste. A ONU e uma equipa da Comissão de Inquérito às Violações de Direitos do Homem (KPP-Ham) iniciaram uma minuciosa investigação sobre a violência em Timor Leste, recuando até Janeiro de 1999, altura em que o presidente Habibie concordou com a realização de um referendo em Timor Leste. Em finais de Janeiro do corrente ano, a equipa do KPP-Ham apresentou um relatório de 3000 páginas onde se mencionavam umas 60 pessoas directamente envolvidas nesta tragédia. O

general Wiranto, então chefe das Forças Armadas, foi mencionado no relatório como sendo um dos responsáveis pela destruição de Timor Leste. Um confronto entre o governo civil e a esfera militar tornou-se então inevitável.

À atmosfera interna anti-TNI viria a juntar-se o necessário apoio internacional. Quando o relatório do KPP-Ham foi anunciado, Wahid encontrava-se de visita a vários países Europeus. Ainda em Londres, anunciou que seria pedida a demissão do general Wiranto, uma vez que a sua posição se tinha tornado inaceitável.

Sensivelmente na mesma altura, Richard Holbrooke, o embaixador dos Estados Unidos na ONU e actual detentor da presidência do Conselho de Segurança, deu uma incisiva entrevista em apoio de Wahid, pedindo um julgamento para os militares responsáveis pela tragédia de Timor Leste. Wahid recebeu, assim, uma clara luz verde para iniciar uma ofensiva contra os militares.

Durante semanas, rumores acerca de um golpe militar tornaram-se o principal assunto em Jakarta., mas os analistas políticos depressa concluíram que TNI não estava em condições de lançar uma ofensiva vitoriosa: o topo militar estava demasiado dividido, existia o receio de que um golpe conduzisse a Indonésia à categoria de Estado pária, e o poder civil desfrutava de um robusto apoio da população. O presidente Wahid adiantou-se, forçou a saída de Wiranto do gabinete e anunciou o drástico desmantelamento do topo das TNI. Setenta e quatro oficiais, identificados com a linha-dura, foram destituídos. O passo seguinte foi o encerramento de Bakorstanas, a agência de segurança militar onde 60 oficiais de elevada patente perderam o posto que ocupavam.

O desmantelamento do topo militar reforçou bastante o poder civil mas a pedra basilar do poder político militar ainda não foi atingida. Enquanto os militares perdem a sua influência política ao nível nacional, a influência militar ao nível regional continua bastante sólida. Esta influência militar regional leva mais tempo a desmantelar, uma vez que se trata, muitas vezes, de uma combinação de influência política com influência económica. A estrutura territorial dos militares é o seu último bastião de poder, e a história ensinou-nos que a abdicação de poder nunca é automática.

Reforma Judicial

Se a jovem e frágil diplomacia indonésia possui já uma legislatura eleita e um Presidente eleito, o sistema judicial indonésio carece de uma completa reestruturação que elimine os seus defeitos principais: a falta de independência e a corrupção.

Uma comissão independente concluiu que toda a equipa do Supremo Tribunal deveria ser destituída e que, do Tribunal Nacional, apenas 5 dos 35 juizes eram dignos de continuar a deter funções na era pós-Suharto. O gabinete do Procurador-Geral depara-se com o mesmo problema, uma vez que muitos dos oficiais de topo são elementos das TNI.

Um sistema judiciário imperfeito constitui um grande obstáculo no caminho das reformas na Indonésia e os investidores estrangeiros continuarão cautelosos caso o estado de direito não tenha sido firmemente estabelecido. Contudo, para criar tribunais especiais que lidem com graves violações de direitos do homem, tais como as verificadas em Timor Leste e Aceh, são necessários juizes profissionais e incorruptos, mas ainda serão necessários alguns anos para que novos juizes possam ser devidamente formados. Entretanto, esboços de novas leis de direitos do homem e o estabelecimento de uma comissão de verdade e reconciliação são questões em lista de espera no Parlamento.

As reformas económicas

Enquanto as reformas políticas avançam, outra questão que aguarda revisão é a economia, enferma de 32 anos de ditadura. O sistema de favoritismo, assente em pequenos grupos de amigos e família, criou ineficientes e altamente custosos

monopólios. Com o desaparecimento de Suharto do topo da pirâmide, uma janela de oportunidades para o enriquecimento imediato foi aberta e devidamente aproveitada pelo escalão superior da burocracia. O breve período de transição que se verificou com Habibie apenas serviu para exacerbar o problema da corrupção e quando a equipa de Wahid tomou o poder, os cofres do Estado estavam praticamente vazios. A nível macro-económico, o FMI tornou-se o responsável pelas grandes decisões, cujas consequências cedo se farão sentir entre as camadas mais pobres da sociedade.

Os manuais escolares sobre economia tornaram-se perfeitamente inócuos na avaliação da economia indonésia. O sistema bancário da Indonésia deteriorou-se com a crise asiática de 1997 e três anos mais tarde, e apesar de diferentes esforços, ainda não recuperou. Ao mesmo tempo, as previsões apontam para o fim da crise asiática e é suposto que a economia indonésia cresça entre 4 a 5%. O preço do petróleo subiu nestes últimos dez meses de 12 para 30 dólares, o que implica mais riqueza para a receita de estado. No entanto, nada está mais longe da verdade. A Pertamina, a companhia de petróleo do Estado anunciou, recentemente, a perda de 5 biliões de dólares para 1999. O presidente Wahid substituiu o director da gestão mas a corrupção vai até ao segundo escalão de gerentes na totalidade do sector estatal.

Indonésia e Timor Leste

A visita do Presidente Wahid a Timor Leste, em Fevereiro, foi um importante acontecimento. O seu governo mostrava-se determinado a estabelecer um novo começo na relação com Timor Leste independente. Sensivelmente no final de Outubro o último soldado das TNI deixou o solo timorense. Em meados de Dezembro, o último grupo de prisioneiros políticos timorenses detidos em prisões indonésias, foi libertado e conduzido de volta a Dili, marcando, simbolicamente, o fim do domínio Indonésio em Timor Leste. Em Dili, o presidente Wahid foi recebido por dois grupos diferentes, uma enorme multidão dava as boas vindas ao querido amigo e vizinho, enquanto uma multidão mais reduzida se manifestava contra os crimes contra a humanidade perpetrados pelos militares indonésios. Um verdadeiro reflexo da mistura de sentimentos que os timorenses demonstram ter em relação à Indonésia.

O relacionamentos entre os dois governos é bastante sólido, em grande parte devido aos fortes laços entre Wahid e Xanana Gusmão. Levará ainda algum tempo, contudo, até que as feridas saem verdadeiramente. Um tribunal internacional ou indonésio para julgar os culpados na tragédia timorense seria importante para restabelecer um sentimento de justiça entre os timorenses.

A economia de mercado está a emergir gradualmente em Timor Leste. Vendedores ambulantes e pequenos comerciantes têm começado a vender uma grande variedade de mercadorias, a maior parte importada da Indonésia através da fronteira com Timor ocidental.

Um grave problema são os restantes 100 000 timorenses, muitos a viver em campos de refugiados em Timor ocidental. As condições nos campos são deploráveis mas será necessário algo mais do que persuasão para que a maioria dos refugiados volte a casa. Uma larga secção dos refugiados é composta por antigos funcionários públicos do sistema colonial indonésio e por timorenses que se juntaram ao exército, arrastando consigo as respectivas famílias. Normas claras, que permitam o regresso destes refugiados, apenas poderão ser estabelecidas através da boa cooperação entre os oficiais indonésios e a UNTAET, a administração da ONU em Timor Leste.